

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Autores: DAYSE MAGNA SANTOS MOURA, ROSANA CÁSSIA ANDRADE RODRIGOS, AMANDA GABRIELLY SANTOS ALVES

INTRODUÇÃO E MÉTODOS

O Presente texto vem contribuir na discussão e explicitação do percurso das tecnologia na sociedade e principalmente sua inserção no meio educacional e formação docente para o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC no processo de ensino e aprendizagem. Tem como objetivo central explicitar a premente implementação de políticas publicas com foco na inclusão digitais para formação docente e utilização das TDIC como recurso na promoção do ensino. Tem como base o estudo bibliográfico que não se exime da utilização da dialética em sua essência. Os autores que contribuíram com esse estudo são BELLONI (2005), IMBERNÓN (2010), MORAES (2002) e VEIGA (2009).

DISCUSSÃO

A partir da década de 1970, o mundo passou a conhecer as tecnologias de informação de forma mais intensa, sendo, posteriormente, denominada “era digital”. As TIs sinalizam para uma nova sociedade, composta por indivíduos mais críticos, mais criativos e muito mais ativos, levantando a bandeira da luta pela inclusão digital e pela igualdade de oportunidades, como afirma Belloni:

Desde as primeiras definições desse campo, em reuniões de especialistas sob os auspícios da UNESCO, está presente a ideia especial de que a educação para as mídias é condição *sine qua non* da educação para a cidadania, sendo instrumento fundamental para a democratização das oportunidades educacionais e do acesso ao saber e, portanto, das desigualdades sociais. É nesse sentido que defendo esta perspectiva como essencial para o desenvolvimento de práticas educativas mais democratizadoras, incluindo a formação de professores plenamente atualizados e em sintonia com as aspirações e modos de ser das novas gerações. (2005, p.12).

Variadas são as possibilidades, proposições e perspectivas do uso da informática na educação; formas diversas de ensinar que abrangem vários níveis e contextos, sob diversos aspectos. A relevância da informática da, na e para a sociedade, a sua influência e o impacto que causa o poder de transformação da midiatização das informações e a percepção que dele se tem definem os impactos que as tecnologias de informação e de comunicação produzem na formação do indivíduo.

Os avanços tecnológicos, apesar de proporcionarem benefícios, vêm, ao longo dos anos, sendo alvo de preocupações, apontado por estudiosos do tema, os quais alertam para situações inusitadas envolvendo o homem e a máquina, além da grande influência dessa combinação no cotidiano:

[...] as transformações dos meios de comunicação e da tecnologia provocaram mudanças institucionais e formas de organização da convivência, na estrutura da família e na ampliação do conceito de escola, têm provocado alterações nas formas de pensar, sentir e agir das novas gerações. É o mito da sociedade da informação, do progresso tecnológico que, paradoxalmente, convive com o crescimento da pobreza em todas as regiões do mundo. E o mito do aperfeiçoamento das técnicas de comunicação e circulação de objetos e ideias culturais convivem com a crescente exclusão social, aumentando a distância social e econômica entre incluídos e excluídos. (VEIGA, 2009, p. 13-14).

A realidade explicita um presente informatizado e um futuro mais evoluído ainda, transformando o computador, de um simples equipamento facilitador da vida das pessoas, em um instrumento que adquire cada vez mais *status*, em uma sociedade que dissemina a inclusão e promove, em muitas circunstâncias, a exclusão social.

Com o intuito de regular as ações educacionais nos municípios brasileiros, na década de 1990, o MEC aprovou o 1º Plano de Ação Integrada, que traz, em seus objetivos, a capacitação de professores para o setor de informática educativa. Em 1996, nasce o PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação–, com a proposta de Educação a Distância (EAD), criada pela extinta Secretaria de Educação a Distância. O programa teve início em 1997, e o seu objetivo, segundo a Portaria nº 522/97, é “disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estaduais e municipais” (BRASIL, 1997a).



Inserir-se, no cenário educacional brasileiro, a partir dessa necessidade de verba, o Banco Mundial, com suas exigências focadas na quantidade, anulando, de forma discreta, os parâmetros de qualidade da formação nas escolas, uma vez que se passa a pensar a educação pela ótica do modelo quantitativo de produção, no enfoque capitalista de produção, no qual, o mais importante não se traduz em qualidade, mas em dados quantitativos alcançados. Segundo Moraes:

A educação e a qualificação aparecem como a solução para superar as desigualdades entre nações, regiões ou indivíduos. A existência da desigualdade é, assim, reduzida a um problema de *não qualificação*, ponto de vista que o Banco Mundial adota em suas políticas para os países em desenvolvimento, além da redução da pobreza e do controle da natalidade a partir das décadas de 80-90. As desigualdades nacionais, regionais e entre indivíduos vivendo, se reproduzindo (*sic*) no modo de produção capitalista têm que ser pensadas de forma diversa para serem devidamente apreendidas. (2002, p. 9).

Ainda de acordo com a autora: “Como um dos principais representantes da ideologia capitalista na atualidade, esse Banco financia apenas as políticas que se limitam a treinar os professores, contribuindo, assim, para aumentar a sua alienação gerando a semiformação” (MORAES, 2002, p. 15).

Assim, têm-se políticas públicas fragmentadas e descontextualizadas que sugerem muito mais a alienação ou a mecanização do ensino, revivendo a proposta fordista de produção, em oposição à emancipação da população brasileira em pleno século XXI:

Há um certo consenso entre os especialistas de que a melhoria da escola requer um processo sistêmico (Fullan, 2002), o que supõe que as mudanças em uma parte do sistema afetam a outra. Portanto, a formação dos professores influi e recebe a influência do contexto que se insere, e tal influência condiciona os resultados que podem ser obtidos. Todos os estudos confirmam a ideia de que uma série de requisitos organizativos são necessários (*sic*) para que a formação possa resultar muito mais frutífera (IMBERNÓN, 2010, p. 33).

Importante destacar a formação docente, principalmente no que tange à inclusão digital, que é premente; há muito se discute as políticas públicas de informatização da educação e da formação continuada docente, sendo que, ao longo dessas propostas, se deparam com proposições aligeiradas, com currículos fragmentados e sem direcionamento. Conseqüentemente, configuram-se como uma alternativa para a formação em curto prazo, ainda sem se preocupar com os resultados, sendo o único intuito o gasto de verba pública, sem nenhuma segurança de que fará a diferença na vida do cidadão brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas no Brasil são marcadas por interesses dos governos e não do Estado, surge daí considerável diminuição das ações nas políticas educacionais com impactos na Educação brasileira. Embora não alcance os resultados esperados, e considerada como “tábua rasa” na educação as políticas públicas de inclusão digital na educação vem com a proposta de melhorar a qualidade da educação por meio da colaboração entre o governo federal, estados e Municípios.

A implementação de políticas cada vez mais desvinculadas da realidade do local a qual é implementada, vez confirmar não a busca da superação da desigualdade social, mas a política de governança e não de emancipação social, preconizando a alienação e o controle.

Faz-se necessário avançar nos estudos em relação à elaboração, implementação e execução de políticas públicas educacionais, principalmente com foco na inclusão digital, sua articulação entre os entes federados e o monitoramento das ações do MEC, bem como dos municípios numa perspectiva de avaliação dos programas desenvolvidos, nos quais algumas ações são realizadas e outras não, avaliando também os impactos dessas ações para melhoria da qualidade da educação brasileira.

CONCLUSÃO

Realização:

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO
E INOVAÇÃO SUPERIOR

Apoio:



Concluimos que é de suma importância refletir acerca dos projetos e programas em todas as dimensões; social, econômica e política, e sua contribuição na e para a sociedade, no sentido de que essas contribuições respaldem a sua relevância e os seus resultados ratifiquem e respaldem sua contribuição para emancipação da sociedade brasileira e não visem somente o gasto de verba pública, mas beneficie de fato a sociedade.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. O que é Mídia Educação? 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. IMBERNÓN, Francisco. Formação continuada de professores. Trad. Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MORAES, Raquel Almeida de. Rumos da informática educativa no Brasil. Brasília: Plano, 2002a.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A aventura de formar professores. Campinas, SP: Papirus, 2009. (Coleção Magistério; formação e trabalho pedagógico).